



Nota de Abertura

Opções curriculares em curso - uma construção conjunta

O ano letivo que agora começa é marcado pela implementação e consolidação de várias medidas de política educativa que temos vindo a desenvolver em parceria com professores, com a academia, com as associações profissionais, com encarregados de educação e com a participação dos alunos.

Destaco algumas medidas na área do currículo que merecem ser sublinhadas:

1. Definição do “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”;
2. Novas metodologias e práticas pedagógicas decorrentes da Autonomia e Flexibilidade Curricular;
3. Novo regime legal para a Educação Inclusiva;
4. Novas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar;
5. Definição de Aprendizagens Essenciais para todas as disciplinas e anos, desenvolvidas em conjunto com as associações profissionais, como instrumento para uma melhor gestão dos programas e orientações curriculares por todos considerados demasiado extensos;
6. Lançamento da iniciativa “Voz dos Alunos”, como instrumento regular de auscultação dos estudantes sobre como aprendem e o que aprendem. Esta medida está a ser desenvolvida em vários países, partindo da experiência portuguesa;
7. Aplicação de um novo modelo integrado de avaliação externa das aprendizagens no ensino básico, com a valorização de avaliações qualitativas e centradas na sua dimensão formativa;

8. Criação do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, que conta já com cerca de 3 mil medidas definidas pelas escolas em articulação com os planos intermunicipais e municipais para o combate ao insucesso, num investimento global de 100 milhões de euros;
9. Apoio tutorial específico, centrado em competências sociais e emocionais, para alunos com histórico de insucesso;
10. Permeabilidade entre os cursos do Ensino Secundário, com possibilidade de permutas de disciplinas entre cursos;
11. Implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;
12. No âmbito do INCoDe.2030, alargamento das “Tecnologias de Informação e Comunicação” a todos os anos do 2.º e 3.º ciclos;
13. Reforço do Programa de Educação Estética e Artística, com o desenvolvimento de medidas;
14. Lançamento da Rede de Clubes “Ciência Viva” para a promoção do ensino experimental das ciências, num investimento global de 2 milhões de euros;
15. Plano Nacional de Leitura 2027 e novas prioridades para a Rede de Bibliotecas Escolares;
16. Introdução do Orçamento Participativo das Escolas, enquanto medida de incentivo à participação e cidadania plena dos alunos, que entrará na sua 3.ª edição, para que sejam os estudantes a decidir o que fazer para melhorar as suas escolas.

No desenvolvimento de todas estas medidas, tive o grato prazer de poder contar com a opinião informada dos professores em inúmeras reuniões, no trabalho junto das escolas, na emissão de pareceres. Tenho querido estar junto dos professores, nas escolas, porque o seu conhecimento e a sua experiência são cruciais no apoio ao processo de decisão.

O reforço de autonomia das escolas assenta nesta confiança e na capacidade instalada nas escolas para o desenho de melhores opções curriculares.

Durante o ano que passou, em que mais de duas centenas de escolas participaram na fase piloto que conduziu à publicação dos decretos-leis 54/2018 e 55/2018, foi muito valorizada a estrutura de acompanhamento que foi criada. Procuramos que os serviços do Ministério trabalhassem a uma só voz, com equipas de proximidade constituídas pela DGE, pela DGEstE, pela ANQEP e pela IGEC. A abordagem foi centrada num trabalho de conhecimento das opções de escola, criação de redes entre professores e escolas, divulgação de práticas e promoção de formação.

Este trabalho será continuado este ano, com o apoio dos Centros de Formação e de 91 professores que estarão no terreno, por todo o país, apoiando as escolas, promovendo formação e trabalho em parceria.

Têm sido anos de trabalho em cooperação entre as escolas e o Ministério, num compromisso para introduzir novas práticas, novas formas de ensinar, não porque a inovação e a flexibilidade sejam um objetivo, mas sim na certeza de que são um instrumento para mais e melhores aprendizagens para todos os alunos sem exceção.

A todos, um bom ano letivo!

João Costa, Secretário de Estado da Educação